



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Parecer 94/2025

PROCESSO: 1204/2025

INTERESSADO: Câmara Municipal

ASSUNTO: requerimento de parecer acerca do Projeto de Lei 15/2025, de autoria do Prefeito Municipal – reestrutura o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana.

PARECER JURÍDICO

Senhor Presidente da Câmara:

1. Vem os autos a esta Procuradoria para emissão de parecer jurídico acerca do PL 15/2025, de autoria do chefe do Poder Executivo municipal, com o objetivo de reestruturar o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana.

2. Relatado.

3. Submetido projeto de lei a parecer jurídico, ocorreu a suspensão de qualquer prazo (artigo 90, § 4º¹, do RICMSBO).

4. O processo legislativo foi deflagrado pelo chefe do Poder Executivo, que é autor legitimado para tratar dos assuntos atinentes à administração municipal (art. 63, III, VI e XVI, todos da LOM), no caso a alteração do art. 44, inc. II e do Anexo VIII, item 11, todos da Lei Complementar 54/2009 (Código Tributário do Município)

5. O conteúdo da proposição é simples, composto do seguinte:

a) art. 1º: objetivo da lei e definição de agricultura urbana e periurbana;

¹ “§ 4º - Havendo requerimento de consultas a órgãos especializados, ou pareceres técnicos, o trâmite será suspenso até que se culminem os procedimentos necessários.” (grifo nosso).



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

- b) art. 2º: objetivos do programa;
- c) art. 3º: prioridades do programa;
- d) art. 4º: criação de comissão gestora do programa, com suas competências;
- e) art. 5º: composição da comissão gestora;
- f) art. 6º: definição de áreas para implantação do programa;
- g) art. 7º: etapas do programa;
- h) art. 8º: forma de comercialização dos produtos do programa;
- i) art. 9º: previsão de decreto para regulamentar critérios de admissão de interessados no programa;
- j) art. 10: definições para imóveis públicos utilizados no programa;
- k) art. 11: ligação de rede de água e esgoto para imóveis destinados ao programa;
- l) art. 12: obrigação de cercamento dos imóveis destinados ao programa;
- m) art. 13: responsabilidade do DAE SBO quanto à interligação de rede de água e esgoto;
- n) art. 14: autorização para concessão de isenção de pagamento de tarifa de esgoto aos participantes do programa;
- o) art. 15: previsão de possibilidade de análise de solo dos imóveis destinados ao programa;
- p) art. 16: inclusão do programa no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- q) art. 17: autorização para o Poder Executivo celebrar convênio com outros órgãos públicos para condução do programa;
- r) art. 18: cláusula permissiva da regulamentação da lei;
- s) art. 19: cláusula financeira;
- t) art. 20: cláusula revocatória expressa da Lei 3343/2011.

6. Diante do exposto, a proposição é constitucional e legal, motivo pelo qual resta a análise de mérito político e administrativo dos nobres vereadores com deliberação pelo Plenário.

Este é o parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Santa Bárbara d'Oeste, 25 de fevereiro de 2025.

RAUL MIGUEL F. DE OLIVEIRA CONSOLETTI
procurador chefe



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=38JSHC4UN8NY7FJR>, ou vá até o site <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 38JS-HC4U-N8NY-7FJR



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: 38JS-HC4U-N8NY-7FJR